

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Mas, a par do que  
últimos decénios  
firmado como um  
na longa tradição:  
stória da história,  
a meta-história?

## História da História

Nos estudos históricos em Portugal, a história da historiografia foi durante muito tempo um campo marginal enquanto aproximação específica dotada de certa autonomia. Mas, a par do que sucede noutros países europeus, tem despertado nos dois últimos decénios largo interesse entre os historiadores portugueses, tendo-se afirmado como uma área em estreita conexão com a história cultural. Resulta de uma longa tradição: os historiadores e ensaístas portugueses sempre valorizaram a história da história, do final de Setecentos à actualidade. Em que sentidos evoluiu esta meta-história?

Já nos princípios do século XIX, o iluminista abade Correia da Serra, um dos fundadores da Academia Real das Ciências (1779), traçava uma perspectiva crítica sobre os estudos históricos em Portugal no século XVIII: “Parmi les histoires des peuples européens, celle des Portugais est peut-être une des moins avancées; non qu’il y ait disette d’ouvrages sur cette matière, mais les ouvrages sont les échos les uns des autres, et dans le dix-septième siècle surtout un certain esprit fanfaron s’était emparé des historiens de toute la péninsule espagnole. Une autre maladie historique, qui consiste à inventer des fables au lieu de constater des faits, s’était manifestée au seizième siècle en Italie (...): elle infecta les Espagnols (...) et se communiqua par là aux historiens portugais” (“Coup d’oeil sur l’état des sciences et des lettres...”, in Adrien Balbi, *Essai statistique...*, 1822, CCCXLVI). Formado no espírito racionalista das luzes, Correia da Serra fora um dos impulsionadores da investigação na Academia das Ciências em Lisboa. Compreende-se assim o seu interesse pela memória histórica - considerava-a “absolument nécessaire”, convicto que estava de que ela poderia explicar as leis e costumes nacionais. No âmbito desta Academia, desenvolveram-se investigações e inventários de arquivos (1788-1795) e chegou a pensar-se na produção de uma história de Portugal renovada (lembre-se contudo que na Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720 e desaparecida em meados do século se afirmara já a ideia de uma história de Portugal com uma nova dimensão corográfica). Pretendia romper-se com uma tradição anterior de uma história associada à retórica e à eloquência, que se limitava a glosar anteriores trabalhos. Afirmava-se, ao invés um paradigma de história-ciência fundamentada em acervos documentais.

Todavia, na sequência das invasões francesas, Portugal viveu um período de conflitos militares e grande instabilidade política que vai da revolução liberal à guerra civil da Patuleia. Haveria que esperar pelo



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

decénio de 1840 para que a renovação da historiografia se processasse no conhecimento das mais avançadas historiografias europeias da época. Uma profunda mutação se operara entretanto na própria escrita da história em toda a Europa letrada: esta passara a centrar-se num novo protagonista e referente identitário, a nação. E é nos primórdios desse tempo instável de construção do Estado liberal que Alexandre Herculano dá a conhecer n' *O Panorama* uma série de artigos sobre antigos cronistas portugueses dos séculos XV e XVI, pequenas biografias intelectuais em que procurava caracterizar as respectivas obras tendo em conta o condicionalismo político em que se inscreviam. O historiador considerou a revolução liberal como uma ruptura com a tradição histórica, necessária, mas comportando um risco de corte na memória social. Compreende-se assim a atenção que atribuiu à memória construída pelos cronistas e a crítica que teceu à história fabulosa alimentada de mitologias das origens de Portugal (identificação entre Portugueses e Lusitanos, milagre de Ourique, Cortes de Lamego). Registe-se o que mais valorizava no grande cronista português tardo-medieval Fernão Lopes: 1) o carácter poético e dramático das suas narrativas que conseguira evocar o passado na sua inteireza (não deixa de ser interessante que o homem que viria a fundamentar a autonomização da história em relação à literatura assim pensasse nos seus primórdios) ; 2) o facto de as suas crónicas conterem a história de uma geração e, mais do que isso, transmitirem a vida dos diversos grupos sociais e das multidões em movimento. Para Herculano, Fernão Lopes prefigurara de algum modo o historiador da nação que ele próprio pretendia ser no século XIX. Ao invés, incluía as obras de outros cronistas na categoria de uma "literatura cortesã", que traçara em seu entender a biografia apologética do príncipe (caso de Rui de Pina). No seu olhar de liberal, defensor do municipalismo à maneira de Tocqueville, Herculano via no estado absoluto e no processo de centralização monárquica em marcha desde os finais do século XV a explicação para a emergência deste género de biografias reais. E interrogava-se: "que outra forma podia ter a história numa época em que a organização social tinha sumido o povo, a nobreza, e ainda o clero, debaixo do trono do monarca?" ("Historiadores portugueses", *Opúsculos IV*, s.d.[1840], 183). A valorização do lugar do indivíduo na história (de que daria mostra na sua *História de Portugal*, 1846-53) e o seu ideário liberal e romântico não impediam Herculano de compreender a historiografia num contexto político e social. Se a ignorância do passado histórico era a seu ver sintoma da decadência do corpo social, havia decerto que dar a conhecer os antigos cronistas.

O interesse crítico em relação à historiografia produzida em Portugal manteve-se vivo no período da Monarquia Constitucional. Exemplos disso foram os largos debates a que deram origem à *História de Portugal* de Alexandre Herculano e a *História de Portugal* de Oliveira Martins (1879). Sintomático é que esses debates se tenham centrado sobretudo na problemática das origens da nação. No primeiro caso, a polémica foi motivada pelo facto de Herculano ter esquecido a tradição mítica e providencialista de Ourique na formação de Portugal no século XII e ter posto em causa uma outra tradição histórica enraizada desde o século XV: a da continuidade entre Portugueses e Lusitanos. Em 1880, o debate sobre a obra de Oliveira Martins incide na argumentação racional usada pelo autor na explicação da formação de Portugal: antes de Renan, Martins defendia um conceito electivo e voluntarista de nação, sublinhando a função da consciência



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cívica nesse processo de nacionalização e distanciando-se de um determinismo étnico já então muito em voga. Por outro lado, Oliveira Martins traçou um balanço muito crítico da historiografia portuguesa em que importa destacar a pertinente periodização que estabelece da escrita da história em Portugal - distinguindo três momentos sucessivamente marcados pela Academia de História (1720-31), a Academia Real das Ciências (1779-96) e a acção de Alexandre Herculano – e a sua devalorização do romance histórico que considera “género híbrido e falso” (“Notas sobre a historiografia...”, *História de Portugal*, 1942 [1886], II, 326). Note-se ainda a tese discutível, segundo a qual em qualquer destes momentos, a historiografia nacional não conseguiu constituir uma tradição ou “uma escola de estudos históricos”. Este seu criticismo foi também evidente no que respeita a um florescente comemorativismo histórico de inspiração positivista que se afirmou desde 1880 (tricentenário de Camões).

O interesse pela memória histórica - no sentido de memória construída pelos historiadores -, embora de um modo não contínuo, não esmoreceu e foi-se afirmando com alguma frequência ao longo do século XX. Em 1903, surgiu a primeira revista especializada em história - *O Arquivo Histórico Português* – e já depois da implantação da I República, a Sociedade de Estudos Históricos (1911), com o seu órgão a *Revista de História* (1911-28), que mantinha relevantes contactos com outras historiografias europeias (nesta última colaboraram Benedetto Croce e Edgar Prestage, entre outros). O relativo atraso deste associativismo dos historiadores em relação aos casos da França e da Alemanha é evidente. Nessa época dominava um conceito de história positiva ou metódica em ambiente muito marcado por um historicismo nacionalista de teor liberal ou mais conservador. Para a instauração da I República em Portugal contribuiu uma propaganda política em larga medida justificada com recurso à história: dominava uma teoria da decadência segundo a qual três séculos de monarquia absoluta e de catolicismo dominado pelo ideal da contra-Reforma e pela Inquisição, mais as consequências negativas da expansão ultramarina, teriam levado à decadência da nação. O declínio ter-se-ia prolongado no século XIX com a Monarquia Constitucional. O historicismo republicano, centrado num conceito de nação identificada com o povo, via nos monarcas absolutos e nos padres (especialmente na Inquisição) os grandes obstáculos ao progresso. Esta estratégia narrativa liberal e republicana seria contestada por uma geração tradicionalista e monárquica que se afirma a partir de 1914-15, o grupo do chamado Integralismo Lusitano, muito marcado pelo nacionalismo conservador da Action Française de Charles Maurras. Para estes autores, caso de António Sardinha, as causas do declínio estavam antes do lado do liberalismo, da maçonaria (a que por vezes associavam as tendências iberistas) e das heterodoxias religiosas – incluindo o judaísmo.

Uma das propostas mais ousadas de balanço e reflexão sobre a historiografia portuguesa do século XIX partiu não de um historiador, mas de um publicista eclesiástico e partidário do Antigo Regime político: Manuel Abúndio da Silva. Num estudo com que o autor concorreu (sem sucesso) a uma vaga no Curso Superior de Letras mostrava-se bem informado acerca das teorizações da sociologia da época (*A história através da história*, 1904). Antes de Maurice Halbwachs, Abúndio da Silva estabelecia uma distinção muito pertinente entre *memória orgânica* - de que o povo é detentor, situada ao nível do instinto e da tradição – e



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*memória consciência* (que se pode identificar com memória histórica, a que se referiria depois Halbwachs), cultivada pelos historiadores, homens de elite que, só eles, tinham meios para perpetuarem essa memória. Como explicava ele que a memória social fixasse certos acontecimentos e personalidades em detrimento de outras? Pela relevância e excepcionalidade desses mesmos acontecimentos e personagens, considerava Abúndio da Silva. O que permanecia na memória social era, a seu ver, o extraordinário, o extra-normal.

Este tipo de reflexões caiu no esquecimento e só seria retomado nos finais do século passado. O que não surpreende: até ao decénio de 1950, muitos historiadores portugueses – sobretudo os mais próximos do regime autoritário de Salazar – cultivaram um enraizado nacionalismo cultural retrospectivo que se alimentava de tradições forjadas no Antigo Regime. Refiram-se, entre outras, a identificação essencialista dos Portugueses com os Lusitanos, o plano da Índia (a ideia de que a descoberta do caminho marítimo para Índia teria sido planificado já pelo Infante D. Henrique) e a mítica Escola de Sagres, em que supostamente se teriam formado os marinheiros portugueses do século XV. A primeira era uma mitologia das origens, as últimas sublinhavam o pioneirismo dos Portugueses nos descobrimentos ultramarinos. *A História de Portugal* dirigida por Damião Peres (1928-35), ainda muito marcada por um nacionalismo cultural e historicista constituiu um momento significativo de afirmação da historiografia profissional. Mas a relação entre historiografia e memórias surge já na avaliação crítica dos ritualismos históricos promovidos pelo Estado Novo nos anos 40, separando inequivocamente os campos da história e do comemorativismo (V. Magalhães Godinho, *Comemorações e história...* 1947). Apesar do enquadramento oficial, no Congresso do Mundo Português (1940) e mais tarde no Congresso Internacional de História dos Descobrimentos (1960) surgiam, contudo, alguns contributos científicos válidos.

Não por acaso, nos anos de pós II Guerra Mundial vinham à luz novos balanços críticos da historiografia portuguesa, um deles da autoria de um jovem historiador que submetera ao crivo da crítica a instrumentalização da história pelo tradicionalismo do Estado Novo: Vitorino Magalhães Godinho. Godinho partiu para Paris em 1947 após uma curta mas muito significativa passagem como professor pela Faculdade de Letras de Lisboa. Num artigo publicado nos *Annales* (1948), identificava duas áreas em que a historiografia portuguesa estava particularmente carenciada: a história económica e a história social. Foi um primeiro momento relevante (mas veja-se também *A crise da história e as suas novas directrizes*, 1946, posteriormente incluído nos *Ensaios III*) na afirmação de um pensamento de matriz racionalista, global e coerente sobre teoria e metodologia da história, sem esquecer a sua função social, sempre tendo em conta o paradigma de historiador-cidadão que fora o de Herculano. Poucos anos depois (1955), num detalhado balanço crítico, notava a existência em Portugal de “uma tradição rica” de estudos históricos, embora considerasse que a investigação atravessava então uma *crise* - ou seria antes crise do regime do Estado Novo? Seja como for, Godinho identificava os entraves que estariam na origem dessa crise da historiografia, destacando as atitudes dos historiadores perante a vida, a ausência de “ambiente científico”, a situação negativa dos arquivos, os métodos de construção do trabalho histórico e o seu deficiente ensino (“A historiografia portuguesa do século XX, *Ensaios III*, 1971 [1955], 242).



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

O ambiente político de ausência de liberdade criado pela ditadura do Estado Novo condicionava estreitamente a escrita da história. Compreende-se pois que Godinho estabelecesse uma distinção entre “historiadores cortesãos e adutores” e “historiadores cidadãos” (como vimos já formulada por Herculano em 1840) com referência aos cronistas de finais da Idade Média. Em 1940-41, o regime instituiu prémios de História do SNI que seriam atribuídos a autores portugueses e que o apoiavam politicamente (caso de Alfredo Pimenta ou de João Ameal), enquanto a censura proibia a inovadora *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal* (1941), de António Sérgio, que se via assim impedido de prosseguir um projecto de largo fôlego. Durante o Estado Novo cerceava-se o estudo da época contemporânea nas Universidades, identificado com política e com jornalismo. Nos anos 40, Magalhães Godinho era impedido de escrever uma tese de doutoramento sobre Oliveira Martins. E só já nos anos 60, na Faculdade de Letras de Coimbra (Silva Dias) e na Faculdade de Letras de Lisboa (Jorge Borges de Macedo), seriam incentivados alguns trabalhos sobre o século XIX. Ao invés do que sucedia em Espanha, estes desenvolviam-se então sobretudo à margem do ensino universitário por iniciativa de autores ligados a círculos da oposição ao regime, marcados pela historiografia dos *Annales* ou pelo marxismo: Joel Serrão, Armando Castro, Victor de Sá, Augusto da Costa Dias e José Tengarrinha, entre outros.

Bem diverso do de Magalhães Godinho era um outro balanço traçado por Fidelino de Figueiredo, em 1954. Historiador da literatura e ensaísta, então professor na Universidade de São Paulo, autor de estudos de literatura portuguesa alternativos aos de Teófilo Braga (estes haviam sido marcados por um positivismo heterodoxo), Fidelino valorizava a função formadora da filosofia na sua relação com a escrita da história. Até certo ponto, distanciava-se da agenda dos combates políticos imediatos, a favor ou contra a República. Mas sublinhava a inevitabilidade da relação entre política e história: “todas as políticas são ou fielmente historicistas ou ambiciosamente anti-históricas” (*Historiografia portuguesa do século XX*, pp.338-339). Ainda em Portugal, enquanto secretário da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, afirmara uma intencionalidade tradicionalista na sua actividade. Fidelino conseguira congregiar em torno dessa associação e da já referida *Revista de História* um grupo muito heterogéneo de historiadores numa intenção de renovação do *espírito histórico* em que convergira erudição, história-ciência e história arte, abertura ao exterior e enraizamento cultural – tendências que se vinham aliás manifestando entre as elites culturais portuguesas. Nessa época, a criação de duas novas universidades em Portugal (Lisboa e Porto) e a reforma de 1911, que associava História e Geografia, estimulavam a reflexão sobre o lugar da história na sociedade e no ensino e conferiam destaque ao estudo da identidade nacional na dimensão histórica (mas no Porto, a Faculdade de Letras só seria criada em 1919 e, encerrada em 1928, só reapareceria em 1962). Fidelino estabeleceu contactos com historiadores estrangeiros como Benedetto Croce, Edgar Prestage e Bustamante. Mas seria preciso esperar pelo pós-II Guerra para que surgissem novidades. A situação periférica do país não facilitava os intercâmbios com as culturas europeias em que as vanguardas historiográficas mais impacte tinham. Malgrado os condicionalismos políticos, a Junta de Educação Nacional – depois Instituto para a Alta Cultura - teve uma função significativa no apoio a alguns bolseiros de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

investigação em universidades europeias, também no campo das ciências humanas.

Até aos anos 60 do século XX, a história da historiografia em Portugal centrou-se sobretudo nos historiadores e nas suas obras. Os trabalhos referidos de V. Magalhães Godinho e de Fidelino de Figueiredo constituíram, contudo, um momento de viragem pois intentaram ultrapassar o ponto de vista do individual para rastrear tendências gerais – tipificadas em obras concretas – considerando-as em termos críticos. Periódicos universitários como a *Revista Portuguesa de História* (fundada em 1941, em Coimbra) e *Do Tempo e da História* (Lisboa, 1965-72) revelaram novas dinâmicas no campo historiográfico português que se actualizava em contacto com outras historiografias europeias, sobretudo a francesa e a espanhola. Mas, como notara o insuspeito Silva Rego em 1956, os historiadores portugueses não se dedicavam à história de outras nações, e faltavam sínteses e trabalhos de filosofia da história. Em contrapartida, o interesse pela obra de Alexandre Herculano (1810-77), o mais influente vulto da historiografia portuguesa oitocentista, suscitava estudos relevantes [Barradas de Carvalho, 1971 (1ª ed. 1949) e A. José Saraiva, 1977 (1ª ed. 1949)]. As interpretações sobre o pensamento histórico do autor da *História de Portugal*, e principal construtor da narrativa liberal oitocentista, divergiam, no que respeita à sua concepção de história: qual o lugar da Providência na sua narrativa histórica? Em que medida valorizava o condicionalismo social na transformação histórica? Nesse tempo de pós-guerra que continuava a ser de ausência de liberdade de expressão em Portugal e Espanha, o que estava em causa era uma questão central: que lugar atribuía o historiador ao indivíduo na história? Dominava a ideia de que a obra de Herculano constituía uma ruptura com a historiografia anterior na medida em que, no quadro de uma exigência de fundamento documental, se distanciara das mitologias de fundação e sobretudo inaugurara um método crítico e científico. Em 1972, inspirando-se num conceito do filósofo marxista L. Althusser, Barradas de Carvalho considerava mesmo que a sua obra constituía uma “revolução epistemológica”, diferenciando-se de toda a cronística e historiografia anterior. Borges de Macedo (*Alexandre Herculano, polémica e mensagem*, 1980), sem se referir a Barradas de Carvalho, viria contudo a rever esta interpretação, situando Herculano na tradição de estudos que remontava pelo menos à Academia das Ciências e ao conceito de história-ciência que era cultivado por historiadores a ela ligados (João Pedro Ribeiro e António Caetano do Amaral, entre outros). Sem situá-lo nessa tradição seria impossível compreender a sua obra.

Questão subjacente a esta e que está presente, de modos diversos em historiadores como Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho e Joel Serrão, é a da relação entre história, política e intervenção cívica, problema nuclear para se compreender a própria historiografia liberal. Em que medida o historiador, assumindo-o ou não, é cidadão e permeável a programas doutrinários? Para Jaime Cortesão e outros historiadores republicanos da primeira metade do século XX, o ofício do historiador era indissociável da cidadania. Compreende-se que, no final dos anos 60, num tempo em que o nacionalismo cultural do Estado Novo entrava em crise, numa perspectiva de conjunto em que procurava compreender a historiografia contemporânea portuguesa, Joel Serrão valorizasse a atitude política dos historiadores na classificação das correntes historiográficas (“Para uma perspectiva da historiografia portuguesa contemporânea (1800-1940)”,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

s.d. [1971]). Serrão distinguia a historiografia de inspiração liberal, a interpretação dos historiadores eclesiásticos que antecederam Herculano (alguns ligados à Academia das Ciências), a historiografia republicana e a historiografia tradicionalista que se afirmou desde a I República, em larga medida como reacção a este regime. Mas será pertinente classificar tendências historiográficas a partir de correntes de pensamento político mais ou menos estruturadas?

Se é um facto que conceptualizações políticas moldaram a escrita da história, também é evidente que em muitos casos esses parâmetros são, em si mesmos, de todo insuficientes para explicar a singularidade de um pensamento histórico. Tome-se a noção de historiografia liberal. Um estudo atento dos diversos historiadores que se podem subsumir sob este rótulo mostra que estão longe de coincidir sobre o modo como consideravam as tradições das origens da nação, os conceitos de povo e cortes. Assim, por exemplo, ao invés de Herculano que, adepto de um ideário descentralizador, foi um dos principais teorizadores da ideia muito negativa da monarquia absoluta, Luz Soriano considerava que a monarquia portuguesa sempre fora representativa e não despótica, com cortes deliberativas. Também em relação à tradição mítica das Cortes de Lamego (inventadas a partir de um documento apócrifo do século XVII), os dois historiadores tinham posições distintas, Herculano denunciando a sua falsidade e Soriano sublinhando a sua funcionalidade social. Poder-se-á admitir a existência de uma *master narrative*, de um cânone liberal, na historiografia portuguesa do século XIX? É discutível. Mais apropriado será falar de diferentes estratégias narrativas no quadro da galáxia liberal. É verdade contudo que no contexto desta galáxia se construiu uma memória dos vencedores da Guerra Civil (1832-34) que opôs liberais, partidários de D. Pedro IV, e absolutistas, adeptos de D. Miguel. E que a memória dos vencidos foi minoritária não tendo produzido nenhuma obra histórica relevante (ao contrário do que sucedeu em Espanha).

Em Portugal, sobretudo durante o longo tempo de vigência do Estado Novo, as posições políticas polarizaram-se em extremo, no apoio ou, pelo contrário, na oposição ao regime ditatorial. O campo historiográfico também exprimiu estas divergências. Houve a este respeito estratégias distintas por parte dos historiadores em relação aos poderes. Contudo, não se verifica uma correlação necessária entre concepções historiográficas e tendências políticas e filosóficas. Exemplos significativos que confirmam isso mesmo são as obras de Paulo Merêa, Jorge Borges de Macedo ou António José Saraiva. O primeiro, conservador no plano político, foi um crítico do positivismo e um inovador no campo da história jurídica e das instituições. Os dois últimos, muito marcados pela concepção marxista de história nos anos 40, dela divergiram em momentos diversos (Macedo nos anos 50, Saraiva nos anos 60) construindo obras singulares que renovaram a história cultural e literária (veja-se, por exemplo, a *História da Cultura em Portugal*, 1950-62, dirigida por Saraiva e a *História diplomática portuguesa*, 1987, de Macedo, que integra uma pluralidade de dimensões da problemática histórica: económica, política e diplomática). Jorge Borges de Macedo teve aliás um relevante papel a partir dos anos 60 no estudo de cronistas e historiadores portugueses como Damião de Góis, Pedro de Mariz, Rebelo da Silva, Alberto Sampaio e historiadores do século XX caídos no esquecimento por diferentes razões como Lúcio de Azevedo, Marcelo Caetano e



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ruben Andersen Leitão. Macedo considerou o pensamento histórico destes autores no contexto alargado da sociedade em que se inseriram, tendo em conta a sua formação, sociabilidade, conexões políticas, aspectos de mentalidade, relação com tradições culturais e inovações conceptuais. Significativo é aliás que a sua lição de concurso para professor catedrático tenha versado precisamente sobre historiografia e historiadores portugueses (intitulava-se *Historiografia portuguesa do século XIX. Aspectos fundamentais*, 1967). Não esqueceu historiadores maiores como Herculano e Jaime Cortesão. E não descurou estudos de conjunto em que procurou examinar obras historiográficas de um só autor (1995) ou o modo como, no tempo longo, a historiografia britânica interpretou a história de Portugal (1974). A caracterização diferenciada de géneros, a intencionalidade das obras e dos públicos a que se dirigiam eram relevantes direcções de estudo tidas em conta por este historiador.

Os anos 60 e 70, no tempo em que o *Dicionário de História de Portugal* (1963-71), dirigido por Joel Serrão, rasgava novos horizontes, constituem um segundo momento relevante de renovação e de alargamento do conhecimento relativamente às grandes mudanças na escrita da história em Portugal. Outros autores procuravam traçar perspectivas gerais sobre a historiografia portuguesa: Veríssimo Serrão reunia informação útil sobre autores, conteúdos das suas obras e tendências historiográficas. Por seu lado, Oliveira Marques publicava uma primeira antologia da historiografia portuguesa (1974-75), que constitui um instrumento de trabalho de referência. Precedido de uma abrangente e documentada caracterização de tendências, nela se estabelecem nexos com correntes e figuras da historiografia europeia, caso do grupo dos *Annales*, com destaque para Lucien Febvre e Marc Bloch, sublinhando a sua influência em Portugal na “escola de Lisboa” - conceito discutível pois, na verdade, coexistiram múltiplas tendências na até então única escola na capital em que se estudava História - a Faculdade de Letras de Lisboa. Nas universidades e na Academia Portuguesa de História, a história da história ocupava um lugar significativo, com a realização de colóquios e a publicação das respectivas actas: *A historiografia portuguesa anterior a Herculano* (1977), *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo* (1977) e *Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950* (1978). Já após a revolução do 25 de Abril, em tempo de mudança, aquando do centenário da morte de Herculano (1977) e depois, a presença do historiador continuou bem viva, reeditando-se parte significativa da sua obra e dedicando-se-lhe diversos estudos.

A influência da historiografia francesa em Portugal foi marcante desde a revolução liberal e sobretudo até aos anos 80 do século XX: lembrem-se Ferdinand Denis, autor de uma História de Portugal logo traduzida, mas não se esqueçam Thierry, Guizot, Michelet, Fustel de Coulanges ou Renan (para só citarmos algumas figuras maiores). Com esta presença, cruzou-se o influxo alemão (Schaefer, Niebuhr, Mommsen, entre outros). Para além da obra de Herculano e do já referido *Dicionário de História de Portugal* (este último marcado pelas concepções ligadas aos *Annales*), refira-se um exemplo mais recente da marca francófona: desde os anos 80, tal como em França, revalorizava-se a problemática das memórias, reconsiderando a conceptualização de Maurice Halbwachs - agora a partir do conceito de *lieux de mémoire* (Pierre Nora). As comemorações europeias do bicentenário da Revolução Francesa (1989), da viagem de Cristovão Colombo





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1992) e dos descobrimentos portugueses (1986-2002), acompanhadas de grandes exposições internacionais, encontros científicos e publicações de carácter muito desigual, contribuíam contudo decisivamente para relançar a reflexão histórica sobre a memória nacional, o comemorativismo e outras ritualizações então desenvolvidas. Pouco depois da entrada de Portugal e Espanha para a Comunidade Económica Europeia (1986), redesenhava-se o lugar dos estados-nações na Europa a partir da queda do muro de Berlim, da desagregação da URSS e da Jugoslávia. Discutia-se a viabilidade dos estados-nações numa suposta era pós-nacional. Inevitavelmente estava também em causa a temática das memórias nacionais e do esquecimento. Para tanto contribuiu o incremento do estudo da história e das memórias ligadas ao nazismo e ao estalinismo. A par da forte presença da cultura histórica francesa em Portugal, alargou-se então significativamente a marca das historiografias do mundo anglo-saxónico – também ainda não estudada e que deverá ter em conta os numerosos trabalhos empreendidos, sobretudo a partir dos anos 60, por britânicos e americanos não só sobre o império colonial português, mas também sobre períodos específicos do percurso histórico nacional (pombalismo, I República, Estado Novo, etc.). Lembre-se ainda a chamada Nova História Económica que, a partir dos anos 80, vinha inspirar a revisão da problemática do atraso económico português.

Mas no campo da história da história, só no decénio seguinte se pode definir um terceiro momento em que se operou um significativo alargamento de temas e uma renovação metodológica em múltiplas direcções, que coincide, aliás, com a necessidade então sentida de, num plano histórico mais geral, traçar novas sínteses. Este imperativo traduziu-se na publicação - ou início de publicação - de três novas histórias gerais de Portugal (dirigidas por Joel Serrão e Oliveira Marques, José Mattoso e João Medina). Traçaram-se balanços críticos sectoriais, da arqueologia pré-histórica aos primórdios do século XX (*La recherche en Histoire du Portugal*, 1989). O interesse pelas relações entre história e ideologia, pelos conceitos de história, a história ensinada nos diferentes graus do sistema escolar, as ritualizações da memória histórica – com destaque para o estudo das comemorações –, o periodismo e as instituições a que os historiadores estiveram ligados - caso das universidades, das academias e outras sociedades científicas e dos arquivos – alargaram o campo de observação e compreensão do pensamento histórico num âmbito mais vasto. Uma relevante obra de conjunto, publicada em 1996, sem deixar de conceder centralidade ao pensamento histórico, relacionava-o estreitamente com todos estes domínios, dando conta de novas investigações (L. R. Torgal, J.M. Amado Mendes e F. Catroga, *História da História em Portugal séculos XIX e XX*).

Outras perspectivas sectoriais enriqueciam, entretanto, este campo de estudos: perspectivas sobre a historiografia ultramarina publicadas no âmbito das comemorações dos descobrimentos portugueses, a historiografia medieval e a presença da Idade Média nas universidades, um estudo de género sobre mulheres historiadoras na segunda metade do século XX – este último com recurso a métodos quantitativos – sobre o campo específico da história rural, ou biografias de historiadores (sobre Herculano ou sobre Teixeira da Mota). Foram-se ainda produzindo estudos parcelares sobre a historiografia dedicada à I República, ao Estado Novo ou, em termos gerais, sobre as historiografias produzidas nesses períodos



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

depois da revolução do 25 de Abril de 1974, em alguns casos com recurso a métodos quantitativos.

Para alguns destes trabalhos contribuiu um valioso instrumento: o *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa 1974-1994* (1995), que abrangeu um total de 651 autores e tornou possível um estudo prosopográfico deste universo de historiadores. Em contraste com o que se passava durante a ditadura, após a revolução de 25 de Abril de 1974, maioritariamente, os historiadores portugueses passaram a estudar a época contemporânea – o que acompanha a tendência dos seus colegas de outras nacionalidades europeias. Grande parte desses historiadores “institucionalizados” – isto é ligados ao ensino superior - eram mulheres (35%). E as temáticas Historiografia, Metodologia e Teoria da História revelaram um sensível incremento (M.H. Cruz Coelho, “Os historiadores e a historiografia portuguesa no pós-25 de Abril”, pp.350-361). Outro inquérito dado a conhecer em 1999 confirmava aquela preferência pela contemporaneidade em livros catalogados (1986-96) e teses de doutoramento (1986-97), mostrando ainda o domínio esmagador de temas de história nacional (85,3%) face ao restrito interesse pela história doutros países, incluindo o Brasil e povos africanos (V.Alexandre, *Perfil da investigação...* 1999, 9-11). O que contrasta com a preferência que os historiadores britânicos têm concedido aos temas de história estrangeira e aproxima o caso português da historiografias italiana e francesa (mais centradas nas respectivas histórias nacionais) (R.J.Evans, *Cosmopolitan Islanders...*2009, pp.12-13 e C.Charle, *Homo Historicus*, 2013, pp.31-34). Note-se, no entanto, que muitos historiadores portugueses se têm mostrado informados àcerca de outras histórias nacionais, baseando-se frequentemente em fontes e bibliografias noutras línguas que não a sua. Entretanto, os trabalhos preparatórios para um projecto europeu da European Science Foundation permitiram construir uma estatística dos historiadores portugueses, tendo ainda em conta instituições a que estes estiveram ligados (associações, arquivos, museus) e cujos resultados gerais foram dados a conhecer parcialmente (“Portugal”, *Atlas of European Historiography*, pp.122-124).

Desde os anos 90, desenvolveram-se teses de doutoramento a abranger territórios e cronologias muito variáveis: o estudo do sistema de divulgação da historiografia, da recepção e apropriação do pensamento histórico no século XIX, bem como um contributo para a sua prosopografia dos divulgadores; a reinvenção da imagem e do pensamento político e histórico dos mais influentes historiadores e pensadores políticos dessa época pelos seus contemporâneos e pela posteridade - Herculano e Oliveira Martins -, a memória construída pelos historiadores do liberalismo em Portugal - ou instituições que patrocinaram os estudos históricos – caso da Academia Real de História.

Mais recentemente, têm-se empreendido estudos comparativos, em âmbitos bem delimitados. Tendo em conta parâmetros como nação, raça, classe, religião e género, produziram-se trabalhos de história comparada entre a história da história em Portugal e no Brasil (1945-2000) e entre a historiografia portuguesa e a historiografia espanhola, entre o pensamento de um historiador português (Oliveira Martins) e de um historiador espanhol (Rafael Altamira) a partir de conceitos de história da civilização. Começou-se a aprofundar o conhecimento das relações intelectuais e vivenciais entre historiadores portugueses e os seus pares de outras nações, brasileiros, espanhóis e franceses e ingleses – casos de Edgar Prestage e de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Charles Boxer. Mas impõe-se alargar o estudo destas relações culturais transnacionais. Casos como os dos oitocentistas Ferdinand Denis e Heinrich Schaefer são da maior relevância pois as suas histórias gerais de Portugal tiveram larga audiência em Portugal. Há que estudar os exílios – lembrem-se os primeiros doutrinários do liberalismo em Portugal que, nos finais do antigo regime político em Portugal se exilaram em Londres (José Liberato ou Rocha Loureiro) e o caso já conhecido do Visconde de Santarém que na sequência da vitória do regime liberal (1834) foi viver para Paris onde desenvolveu relevantes trabalhos de história dos descobrimentos e da cartografia. Ou ainda Jaime Cortesão, que Fernand Braudel admirava [“Au Portugal: avant et après les grandes découvertes”, *Annales E.S.C.*, vol.IV (1949): pp.193-196] e que teve que se exilar no Brasil durante largos anos (1940-58). Dispomos já de estudos sobre o período anterior ao segundo exílio deste historiador dos descobrimentos, e outros sobre Fidelino de Figueiredo (até 1927). Mas há que alargar estes trabalhos para o período posterior à saída de Portugal destes intelectuais, quando se instaurou a Ditadura Militar ou (no caso de Cortesão) já durante a II Guerra Mundial. Importa explorar os intercâmbios de ideias com outros historiadores, nacionais e estrangeiros, bem como as intertextualidades com outras obras historiográficas, por exemplo, a recepção dos *Annales* em Portugal. O *Dicionário de Historiadores Portugueses (1779-1974)* contribuirá decerto para aprofundar o conhecimento do pensamento destes autores e a relação entre a história e outras ciências humanas. A relação do antropólogo brasileiro Gilberto Freyre com a cultura histórica portuguesa é um exemplo que importa conhecer melhor.

Aspecto que tem sido ignorado nos estudos de caso de historiadores e da historiografia diz respeito aos modos de afirmação e de legitimação de cada um deles. Como e onde se estrearam nas suas investigações? Qual a relevância de periódicos na sua estreia e afirmação como autores? Em que redes de sociabilidade se inseriram? De que genealogias intelectuais se reclamaram? Herdeiros e produtores de memória histórica, alguns historiadores construíram também as suas próprias memórias, escreveram sobre o tempo da sua formação, dos outros, dos seus colegas nos bancos da Universidade e de seu ofício. Alguns responderam a inquéritos e entrevistas (a partir de 1988, sob o título “Espelho de Clio”, a revista *Ler História* iniciou a publicação de uma série de depoimentos de historiadores portugueses). Outros, como se viu, traçaram balanços sectoriais sobre a historiografia portuguesa, por áreas de estudo. Importa ainda considerar como se auto-nomeia um historiador. Como representa o seu lugar no campo historiográfico nacional e europeu? Insere-se em alguma rede? Que genealogia intelectual reclama para si? Entre os historiadores portugueses do século XX, dois casos são a este respeito exemplares. Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) ocupa na historiografia portuguesa do seu tempo um lugar aparte. Também pelo modo como se auto-nomeia. Num dos seus mais marcantes livros, Godinho referia detalhadamente no seu *curriculum* os autores portugueses e estrangeiros que exerceram influência na sua formação: António Sérgio, Jaime Cortesão, Duarte Leite e Veiga Simões (portugueses) e, “entre os estrangeiros, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Georges Gurvitch, Marcel Bataillon e a obra de Marc Bloch”. Estabelecia o propósito do seu enfoque teórico: “... contribuir para forjar uma metodologia histórico-estruturalista, que tem raízes em Marx e na corrente de pensamento dos ‘Annales’ de Bloch e Febvre” (*Estrutura da antiga*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*sociedade portuguesa*, 1977, p.5). Desenvolveu considerações críticas sobre a Faculdade em que se licenciou em História e Filosofia (onde foi fugazmente professor em 1942-44) e sobre outros ambientes universitários e de investigação onde trabalhou. Outro ponto de interesse diz respeito às marcas de enunciação que os historiadores usam (ou evitam usar). No caso de Magalhães Godinho, desde logo é evidente o uso do plural majestático para se referir a si próprio (chega a usar o designativo “nós próprio”). Noutros historiadores os pronomes pessoais apagam-se e o discurso histórico parece legitimar-se a partir da sua autonomia – caso de Jorge Borges de Macedo.

Outra dimensão ainda não explorada é a da fixação em suportes materiais da memória de figuras de historiadores na estatuária urbana, na pintura e nas artes decorativas, na toponímia, em lápides, nomes de escolas, selos, moedas ou postais ilustrados. Conviria desenvolver um inquérito historicamente situado não só para Lisboa, Porto, Coimbra, Braga ou Setúbal mas também em centros urbanos de província onde foram representados historiadores eruditos e autodidactas que contribuíram para alargar e difundir o conhecimento das memórias locais. Significativo é, por exemplo, que as estátuas públicas dos maiores vultos da historiografia oitocentista, Herculano e Oliveira Martins datem já dos anos 50 do século XX.

Saliente-se, por último, a quase ausência de debates no campo da história da historiografia, nas últimas décadas. E, no entanto, durante o Estado Novo, malgrado o exercício da censura e a ausência de liberdade de expressão, houve frequentes polémicas de temática histórica, muitas delas desencadeadas por ensaístas - caso de António Sérgio. Confrontaram-se interpretações divergentes àcerca de momentos relevantes da história nacional: por exemplo acerca da formação de Portugal, da natureza da revolução de 1383, sobre os primórdios da expansão portuguesa, a Inquisição, a revolução liberal ou sobre a revolução industrial. Nestes debates houve divergências no uso de conceitos-chave como *revolução*, *classe social*, *decadência*, *atraso* ou *estrangeirados*. Mas no domínio da história da historiografia quase não houve debates. Refiram-se duas excepções: a extensa crítica de J.Barradas de Carvalho ao livro de A.José Saraiva sobre Alexandre Herculano (republicada em J. Barradas de Carvalho, *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, 1971, pp.235-256) e a crítica de A.Borges Coelho a V.Magalhães Godinho a propósito dos *Ensaios II* deste último, incidindo entre outros pontos, na periodização e no conceito de complexo histórico-geográfico (*Questionar a História I*, 1983 [1970], pp.287-303). Afirmaram-se interpretações divergentes - não raro sem citar os nomes dos autores de quem se discorda -, mas controvérsias entre historiadores foram muito poucas e circunstanciais. A que se deveu esta escassez do debate público? O problema merece estudo aprofundado ainda por fazer (como estão por estudar algumas polémicas ocorridas no campo mais vasto da história). Poderá-se-á contudo admitir que se prende com a longa ausência de liberdade de expressão no país, a marginalidade do pensamento crítico, a pequenez da comunidade de historiadores e a sua centragem na história nacional, que atrás notámos. Mas também com ligação dos profissionais da história a instituições e a redes mais ou menos fechadas. Por vezes a crítica foi entendida como ataque pessoal. Raramente se discutiram concepções de história e conceitos. Algumas críticas reduziram-se à identificação de silêncios na referência a autores. Mas desde os primeiros anos



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

deste novo século há indícios de mudança quer no plano da crítica pública quer da internacionalização dos historiadores. E indiscutível é a continuidade de um sentido autocrítico entre os profissionais da história.

**Bibliografia:** ALEXANDRE, V. *Perfil da investigação científica em Portugal. História*, Lisboa, MCT-FCT-OCT, 1999; ARRUDA, J.J e TENGARRINHA, J.M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*, Bauru, EDUSC,1999; BETHENCOURT, F. e CURTO, D. R. (Eds), *A memória da nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991; BOXER, Charles, “Some considerations on Portuguese Colonial Historiography”, *Opera Minora* (ed. D.R.Curto), Lisboa, Fundação Oriente, 2002, vol.3, 5-27; BRAUDEL, F., “Au Portugal: avant et après les grandes découvertes”, *Annales E.S.C.*, vol.IV, 1949, pp. 192-197; BRISSOS, José “Liberalismo: ideologia e história – lendo Jorge Borges de Macedo”, Jorge Borges de Macedo: saber continuar (MACEDO, Jorge Braga de ed.), Lisboa, MNE/ID, 2005 pp.201-226; Id., “A cultura política liberal portuguesa do século XIX: a perspectiva de Jorge Borges de Macedo”, *Nove ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo* (MACEDO, Jorge Braga de et al. eds.), Lisboa, Tribuna da História, 2009, pp.217-225; BRITO, Ricardo de, *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)*, Lisboa, FLUL, 2012; CARVALHO, J.Barradas de, *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, Seara Nova, 1971 [1ª ed. 1949], Id., *Da história-crónica à história- ciência*, Lisboa, L.Horizonte, s.d. [1972], pp. 90-91; CATROGA, F., *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001; Id., *Os passos do homem no restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, Coimbra, Almedina, 2009; COELHO, A.Borges, *Questionar a História I*, Lisboa, Caminho, 1983 [1970], pp. 287-303; COELHO, M. H. da Cruz, “A história medieval portuguesa – caminhos percorridos e a percorrer”, *Media Actas. Boletim do Núcleo de História Medieval, Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, s.n., 1990, pp.1-17; Id., “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas”, *História. Revista do Departamento de História*, Universidade Federal de Goiás, 1997, vol.II, pp. 7-32; Id., “Os historiadores e a historiografia portuguesa no pós-25 de Abril”, *Portogallo mediterraneo* (FONSECA, L.Adão da e CADEDDU, M.E. eds.), Caligari, Instituto Sui Rapporti Italo-Iberici, 2001, pp. 345-373; CORREIA, H., *Fidelino de Figueiredo: na cultura histórica e política do seu tempo, 1889-1927*, Lisboa, FLUL, 2002 [policopiado]; CUNHA, Norberto Ferreira da, *Elites e académicos na cultura portuguesa stecentista*, Lisboa, INCM, 2006; CURTO, D. Ramada, “O atraso historiográfico português”, BOXER Charles, *Opera Minora* (ed. D.R.Curto), Lisboa, Fundação Oriente, 2002, vol.3. XIII-XXV; *Dicionário de Historiadores Portugueses* (coorden. MATOS, Sérgio Campos) <http://dichp.bnportugal.pt/index.htm>; FIGUEIREDO, Fidelino de *Historiografia portuguesa do século XX*, Separata da *Revista de História*, São Paulo, Out.-Dez., 1954, pp. ; EVANS, R., *Cosmopolitan Islanders. British historians and the European Continent*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009; GODINHO, V. Magalhães *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Arcádia,1977; Id., *Comemorações e história*, Lisboa, Seara Nova, 1947; *Ensaio III*, Lisboa, Sá da Costa,1971 [1955]; HERCULANO, A. “Historiadores portugueses”, *Opúsculos IV* (Jorge Custódio e J.M.Garcia eds), Lisboa, Presença, 1985 [1840], pp. 172-188; *A historiografia portuguesa anterior a Herculano*, Lisboa, Academia Portuguesa de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

História, 1977; *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1977, e *Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978; JOÃO, M.I., *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, FCG/FCT, 2004;; HESPANHA, António “Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50)” *Análise Social*, vol.XVIII(72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 795-812; HOMEM, A.L. Carvalho, “Mulheres historiadoras na Portugal das últimas décadas (anos 50/anos 90)”, *Actas dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (Cascais: CMC, 1997) 83-98; MACEDO, J. Borges de “A historiografia britânica sobre Portugal”, *Palestra*, nº42, 1973, 7-43; Id., *Alexandre Herculano, polémica e mensagem*, Lisboa, Bertrand, 1980; Id., *Da história ao documento. Do documento à história*, Lisboa, ANTT, 1995; MARQUES, A.H. de Oliveira, *Antologia da historiografia portuguesa*, Lisboa, Pub. Europa-América, 1974-75, 2 vols., MARTINS, J.P Oliveira, “Notas sobre a historiografia em Portugal”, *História de Portugal*, Lisboa, PAMP, 1942, pp. 321-330; MATOS, A. Teodoro de e TOMÁS, L.F. (Eds.), *Vinte anos de historiografia ultramarina portuguesa 1972-1992*, Lisboa, s.n., 1993; MATOS, S. Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa, Colibri, 1998; Id., “Historiografia e memória social (1945-2000): balanço e perspectivas futuras”, *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio* (Ed. ARRUDA, J.J. e FONSECA, L. Adão), São Paulo: EDUSC, 2001, pp.537-558; MATOS, S. Campos e MOTA ALVAREZ, D., “Portuguese and Spanish historiographies – proximity and distance”, *The Contested Nation. Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories* (Eds. BERGER, S. e LORENZ, C.), Londres, Palgrave MacMillan, 2008, pp. 339-366; MATOS, S. Campos e FREITAS, J. “Portugal”, *Atlas of European Historiography. The making of a profession 1800-2005* (Ed. Ilaria Porciani e Lutz Raphael), Londres, Palgrave Macmillan/European Science Foundation, 2010, pp. 122-124 ; MATTOSO, J. (dir.) *The Historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, IEM, 2011; MAURÍCIO, C., *Imagens de Alexandre Herculano na cultura portuguesa*, Lisboa, s.n., 1987; Id., “História”, *Dicionário de História de Portugal* (A.Barreto and M.F Mónica eds), Porto: Figueirinhas, 1999 vol.8, pp.172-176; Id., *A invenção de Oliveira Martins: política, historiografia e identidade nacional no Portugal*, Lisboa, INCM; 2005; MOTA, I.Ferreira da *A Academia Real da História : os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003; NÚÑEZ SEIXAS, X.M., “History of Civilization: transnational or post-Imperial? Some Iberian perspectives (1870-1930)”, *Nationalizing the Past. Historians as Nation Builders in Modern Europe* (Ed. S. Berger e C.Lorenz) Londres, Palgrave MacMillan, 2010, pp.384-403; PINA, A.M., *A quimera do ouro : os intelectuais portugueses e o liberalismo*, Oeiras, Celta, 2003; PEIRÓ MARTÍN, I., “Historia de la historia y memoria de la profesión: ¿existieron historiadores liberales en la España de Franco?”, *Historiografia e memórias* (Ed. MATOS, Sérgio Campos e JOÃO, Maria Isabel), Lisboa, GHFLUL/CEMRI, 2012 pp. 167-211; PEREIRA, Miriam H., “Breve reflexão acerca da historiografia portuguesa no século XX”, *Ler História*, nº21, 1991, pp.5-15; PROTÁSIO, D., *O 2º Visconde de Santarém - pensamento histórico e acção política (1820-1855)*, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2008; *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa 1974-1994* (M.H. Cruz Coelho, M.M. Tavares Ribeiro e J. Ramos de Carvalho), Coimbra: Instituto Camões/Universidade de Coimbra, 1995; *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011;

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

REGO, A. da Silva, "Tendências da moderna historiografia portuguesa", Sep. das Publicações do XXIII Congresso Luso-Espanhol, Coimbra, 1956; SARAIVA, A. José, *Herculano e o liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977 [1949]; SÉRGIO, A., *Sobre história e historiografia (da "História de Portugal e dos Opúsculos")*, Lisboa, Tip. da "Seara Nova", 1937, pp. 12-13; SERRA, A. Correia da, "Coup d'oeil sur l'état des sciences et des lettres parmi les Portugais pendant la seconde moitié du siècle dernier", BALBI, Adrien, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et de l'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*, Paris: G.Rey et Gravier, 1822, pp. CCCXXXIII-CCCLVIII; SERRÃO, J. "Para uma perspectiva da historiografia portuguesa contemporânea (1800-1940)", MARTINS, Oliveira, *Alexandre Herculano*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., pp.9-41; SERRÃO, J. Veríssimo, *História breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, Ed. Verbo, 1962; Id., *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, 3 vols., Lisboa, Ed. Verbo, 1972-1974; SILVA, M. Abúndio da, *A história através da história*, Lisboa, Tip.Universal, 1904; SOUSA, J.M. Guedes de Vitorino Magalhães Godinho: *historiografia e cidadania (1934-47)*, Lisboa, FLUL, 2012. TORRAL, L.R., *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989; TORRAL, L.R., MENDES, J.M. Amado e CATROGA, F., *História da História em Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996; Id., "History. What History? The struggle for history as a «science»", in *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol. 11, number 1, pp. 41-54; *Universidade(s) História Memória Perspectivas*, Coimbra, Com. Org do Congresso "História da Universidade", 1991, 5 vols.; TRAVESSA, E., *Jaime Cortesão : política, história e cidadania (1884-1940)*, Porto, Asa, 2004; VAKIL, A. "Prestage, Edgar", *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz* (MATOS, A. Campos ed.), Lisboa, Caminho, 2000, pp- 473-478.

Sérgio Campos Matos



APOIOS:

